



PESQUISA:

BULLYING ESCOLAR NO BRASIL

SUMÁRIO EXECUTIVO

MARÇO DE 2010

Realização da Pesquisa:

Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor – CEATS

Fundação Instituto de Administração - FIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – Ed. FEA1 – sala C21

05508-900 - Cidade Universitária – São Paulo, SP – Brasil

Telefone / Fax (55-11) 3818-4009

E-mail: ceats@fia.com.br

Site: www.ceats.org.br

Equipe de Pesquisa:

Coordenação Geral: Profa. Dra. Rosa Maria Fischer

Coordenação Técnica: Gisella Werneck Lorenzi
Luana Schoenmaker da Pedreira
Monica Bose

Aplicação, tabulação e análises: Cleo Fante
Cristiana Berthoud
Edmilson Alves de Moraes
Flávia Puça
Jane Pancinha
Maria Raimunda Ribeiro da Costa
Priscila Faria Vieira

Revisão: Cristina Paloschi Uchoa de Oliveira

Bullying Escolar no Brasil – Sumário Executivo – São Paulo: CEATS/FIA, 2010

Sumário

Realização da Pesquisa:	1
Sumário	2
1 Apresentação.....	3
2 Procedimentos Metodológicos	6
3 Principais resultados	9
3.1 Caracterização da amostra pesquisada.....	9
3.2 Incidência.....	10
3.3 Causas.....	12
3.4 Modos de Manifestação.....	13
3.5 Perfil das Vítimas e dos Agressores	14
3.6 Estratégias adotadas pelas escolas	16
3.7 Maus Tratos no Ambiente Virtual	18
4 Conclusão	20
5 ANEXO 1: Organizações promotoras do estudo.....	24

1 Apresentação

O CEATS - Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor, ligado à FIA - Fundação Instituto de Administração, com apoio da PLAN Brasil¹, realizou o estudo *Bullying Escolar no Brasil* durante os meses de Outubro de 2009 e Janeiro de 2010. O objetivo da iniciativa foi gerar informações que contribuam com a redução da violência no ambiente escolar, a partir de um levantamento de dados inédito que permitiu conhecer as situações de maus tratos nas relações entre estudantes dentro do ambiente escolar nas cinco regiões do País. O estudo foi norteado pela premissa de que é fundamental conhecer as manifestações da violência, tendo sempre em vista que essas manifestações se modificam, atualizando-se de acordo com o contexto histórico-social, para que esse conhecimento subsidie a gestão escolar.

A novidade da utilização do termo *bullying* no Brasil para caracterizar ações agressivas entre crianças e adolescentes reflete a incipiência e a heterogeneidade de conceitos aplicados para tratar de fenômenos relacionados à violência no ambiente escolar. Na década de 1980, o tema da violência na escola era abordado por pesquisadores a partir de manifestações relacionadas a questões de segurança pública: atos juvenis de depredações e pichações serviam de objeto para a reflexão sobre a violência. A partir da década de 1990, as relações interpessoais passaram a tornar-se centrais no fenômeno violento:

“Nesses primeiros anos da década de 80, observa-se certo consenso em torno da idéia de que as unidades escolares precisariam ser protegidas (...) tratava-se assim de uma concepção de violência expressa nas ações de depredação do patrimônio público (...). Naquele momento não estavam sendo questionadas as formas de sociabilidade entre alunos, mas eram criticadas as práticas internas aos estabelecimentos escolares produtoras da violência. (...) É possível considerar que os anos 1990 apontam mudanças no padrão da violência observada nas escolas públicas, atingindo não só os atos de vandalismo, que continuam a ocorrer, mas as práticas de agressões interpessoais.”²

É também na década de 1990 que o *bullying* passou a ser considerado no campo de estudos sobre a violência entre pares, sendo caracterizado como atitudes agressivas de todas as formas, praticadas intencional e repetidamente, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou

¹ Para mais informações sobre as organizações promotoras do estudo, consulte ANEXO 1.

² SPOSITO, Marília Pontes. *Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil*. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100007&lng=pt&nrm=iso (acessado em 04/03/2010)

mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima³.

Na década de 2000 o fenômeno do *bullying* ganhou projeção na mídia nacional e internacional, sendo largamente difundido nos meios digitais, com a criação de inúmeros sites na internet sobre a temática – a palavra *bullying* retorna no buscador Google cerca de 12 milhões de páginas, sendo que apenas 2,5% delas são de sites em língua portuguesa. No Brasil o fenômeno é objeto de poucos estudos e, apenas recentemente, uma pesquisa nacional promovida pelo Ministério da Educação abordou o tema, ainda que de forma indireta.⁴

Apesar das tentativas de aceitação do *bullying* como o principal fenômeno contemporâneo de violência escolar no Brasil, a utilização do conceito apresenta algumas fragilidades. O próprio termo *bullying* causa estranhamento nos ambientes acadêmico e escolar, por se tratar de uma importação pouco adaptada às questões próprias da violência no ambiente escolar brasileiro. Como resultado, o *bullying* ainda não se encontra diferenciado no fenômeno geral de violência entre pares, e os critérios que tecnicamente o destacam, que se referem à repetição do ato à falta de motivação evidente, são de difícil aferição objetiva. Nesse sentido, sua operacionalização conceitual exigiria uma consistência ainda não atingida. Por essa razão, o termo, que não tem correlato em português, é utilizado muitas vezes de modo equivocado, referindo-se a episódios de conflitos interpessoais entre estudantes, os quais não se caracterizam pelos critérios indicados.

Para os sujeitos participantes do estudo realizado - alunos, professores, pais e equipe técnica das escolas – a palavra *bullying* é praticamente desconhecida. No entanto, sua prática é imediatamente reconhecida e associada a episódios de maus tratos na escola, fenômeno presente e conhecido de todos. Há, portanto, grande dificuldade em diferenciar o *bullying* de outras formas generalizadas de relações agressivas entre os alunos, em especial entre os adolescentes. Esse fato corrobora a constatação de que a violência escolar é um tema de amplo espectro, que não pode e não deve ser reduzido a episódios repetitivos de agressões entre pares. Dessa forma, optou-se por se utilizar, ao longo da realização da pesquisa, o termo maus tratos para se referir aos atos violentos entre os estudantes fossem eles de natureza física, verbal, psicológica ou sexual.

³ FANTE, Cleodilice A. Zonato. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus, 2005.

⁴ Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar. São Paulo, 2009.

Em resumo, através de dados quantitativos e qualitativos, o estudo realizado procurou identificar e dar luz aos episódios de violência e maus tratos entre pares no ambiente escolar, que, como se verá, traduzem uma cultura contemporânea em que as formas de relação social merecem novos cuidados, em especial dos gestores da educação. Sua ênfase recaiu sobre o contexto em que tais situações acontecem, as motivações subjacentes, os perfis dos praticantes e das vítimas dos atos de violência, as conseqüências dessas situações para os envolvidos e, por fim, sobre as ações da escola.

2 Procedimentos Metodológicos

O estudo “Bullying no Ambiente Escolar”, de caráter exploratório e descritivo, teve por objetivo conhecer as situações de violência entre pares em escolas brasileiras. Sua relevância reside na importância que fenômenos ligados à violência assumem no âmbito do sistema de ensino e na gestão escolar. De modo específico, a pesquisa visou fornecer subsídios para que a Plan Brasil desenvolva ações apropriadas em sua campanha nacional “Aprender sem Medo”, que visa estimular intervenções efetivas de combate a violência no ambiente escolar.

Para atingir esses objetivos, o foco do estudo foi delimitado pelas seguintes dimensões do tema:

- Incidência de maus tratos no ambiente escolar;
- Causas de maus tratos no ambiente escolar;
- Modos de manifestação de maus tratos no ambiente escolar;
- Perfil dos agressores e das vítimas de maus tratos no ambiente escolar;
- Estratégias de combate aos maus tratos no ambiente escolar.

O estudo obedeceu à modelagem de uma pesquisa descritiva, com levantamento de dados primários junto a amostras de estudantes, de pais e de profissionais que atuam nas escolas selecionadas. Foram coletados dados sócio-demográficos, como idade, sexo, arranjos familiares e etnia dos estudantes; dados de caracterização da ocorrência do fenômeno estudado e opiniões acerca dessas manifestações, tanto dos estudantes, quanto dos demais atores pesquisados. Para a coleta de dados dos alunos foram empregados questionários individuais preenchidos sob orientação de aplicadores qualificados. As percepções de gestores escolares, docentes, alunos, pais e responsáveis foram captadas através de grupos focais conduzidos por especialista no emprego da técnica. As informações de natureza quantitativa foram analisadas mediante cálculo de frequência das respostas e os dados qualitativos foram sistematizados e submetidos à análise de conteúdo.

Para garantir variedade e heterogeneidade dos alunos participantes da pesquisa, foram selecionadas cinco escolas de cada uma das cinco regiões geográficas do País, sendo vinte públicas municipais e cinco particulares. Quinze estão localizadas em capitais e dez em municípios do interior. No total, 5.168 alunos responderam ao questionário. Também foram realizados quatorze grupos focais com 55 alunos, 14 pais/responsáveis e 64 técnicos, professores ou gestores de escolas localizadas nas capitais pesquisadas. A caracterização final das escolas participantes é apresentada a seguir:

Região	Cidade/Estado
Norte	Belém/PA
Norte	Ananindeua/PA
Sul	Porto Alegre/RS
Sul	São Leopoldo/RS
Sudeste	São Paulo/SP
Sudeste	São José do Rio Preto/SP
Nordeste	São Luis/MA
Nordeste	São Luis/MA
Nordeste	Codó/MA
Nordeste	Timbiras/MA
Centro-Oeste	Brasília – DF
Centro-Oeste	Samambaia – DF
Centro-Oeste	Brazlândia – DF

Tabela 2.1. Municípios por região

Região	Escola particular – alunos respondentes		Escola pública – alunos respondentes		Total alunos respondentes	
Centro Oeste	201	20,6%	774	79,4%	975	100%
Nordeste	200	19,4%	833	80,6%	1033	100%
Norte	201	20,3%	789	79,7%	990	100%
Sudeste	247	20,1%	981	79,9%	1228	100%
Sul	246	26,1%	696	73,9%	942	100%
Total geral	1095	21,2%	4073	78,8%	5168	100%

Tabela 2.2. Quantidade de alunos por tipo de escola por região

Região	Capital – alunos respondentes		Interior – alunos respondentes		Total alunos respondentes	
Centro-Oeste	569	58,4%	406	41,6%	975	100%
Nordeste	610	59,1%	423	40,9%	1033	100%
Norte	590	59,6%	400	40,4%	990	100%
Sudeste	662	53,9%	566	46,1%	1228	100%
Sul	512	54,4%	430	45,6%	942	100%
Total geral	2943	56,9%	2225	43,1%	5168	100%

Tabela 2.3. Quantidade de alunos por localização (capital ou interior) por região

Regiões	Série				Total geral
	5ª	6ª	7ª	8ª	
Centro-Oeste	240	210	199	326	975
Nordeste	285	249	250	249	1033
Norte	250	250	250	240	990
Sudeste	290	331	295	312	1228
Sul	208	234	217	283	942
Total geral	1273	1274	1211	1410	5168

Tabela 2.4. Quantidade de alunos por série por região – Etapa Quantitativa

A etapa qualitativa foi desenvolvida entre os meses de novembro e dezembro de 2009 nas cidades de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), São Luís (Maranhão), Belém (Pará), Brasília (Distrito Federal), Brazlândia (Distrito Federal) e São Paulo (São Paulo). Participaram dos Grupos Focais 133 pessoas, sendo 55 alunos, 14 pais/responsáveis e 64 técnicos, professores e/ou gestores das escolas, distribuídos da seguinte forma:

- cinco grupos com alunos;
- dois grupos com pais/responsáveis;
- três grupos com professores;
- um grupo com gestores e funcionários;
- três grupos com gestores, professores e funcionários.

3 Principais resultados

3.1 Caracterização da amostra pesquisada

A amostra de alunos foi composta por quantidades semelhantes de estudantes da quinta, sexta, sétima e oitava séries do Ensino Fundamental, como é possível observar na tabela abaixo. Também não há diferenças significativas na distribuição dos alunos por série nas cinco regiões do País, conforme divisão apresentada a seguir:

Regiões	Série				Total
	5ª	6ª	7ª	8ª	
Centro-Oeste	240	210	199	326	975
Nordeste	285	249	250	249	1033
Norte	250	250	250	240	990
Sudeste	290	331	295	312	1228
Sul	208	234	217	283	942
Total	1273	1274	1211	1410	5168

Tabela 3.1. Alunos da amostra por série escolar e região

Há uma concentração de participantes no intervalo de 11 a 15 anos de idade, sendo que mais de 60% da amostra está na faixa etária de 12 a 14 anos. 51% dos alunos são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino. Há predominância de alunos “morenos” e “brancos”, que somados representam quase 70% do todo, e um percentual significativo de “pardos” (21,4 %). Caboclos, cafuzos, amarelos, índios, mulatos e pretos são pouco representativos na amostra e, somados, não representam nem 10% do total.

A escolaridade dos pais dos alunos pesquisados reflete um perfil que caracteriza as escolas participantes da pesquisa, mas que não é representativa da escolaridade média da população brasileira. Metade dos pais tem Ensino Médio ou Ensino Superior completos. Apenas 3,7% são analfabetos. A escolaridade das mães dos alunos pesquisados assemelha-se à dos pais: aproximadamente 50% dos alunos da amostra têm mães com escolaridade que varia entre o Ensino Médio e o Ensino Superior.

Os arranjos familiares são, predominantemente, nucleares: 43% dos alunos da amostra moram com pais e irmãos e 17,6% deles moram com os pais. 16% moram apenas com a mãe e 8% com mãe e irmãos. Mais da metade dos alunos pesquisados apresenta pais morando juntos. Alunos que têm

pais separados somam aproximadamente 28% da amostra total. Apenas 8% da amostra têm pais solteiros e 5%, viúvos.

A televisão e a internet são os meios de comunicação acessados com maior frequência pelos alunos da amostra. 66% deles afirmam que assistem televisão sempre e 56% declaram que acessam a internet sempre. Rádio, jornal e revista são meios de comunicação acessados eventualmente por quase 60% dos alunos da amostra.

Pouco mais de 45% dos alunos pesquisados afirmam ter mais de cinco bons amigos na escola. 22% deles apontam que têm dois ou três bons amigos na escola e 15% deles, que têm quatro ou cinco bons amigos. Percentuais mais baixos, porém significativos, de alunos têm perfil mais solitário no ambiente escolar: 10% afirmam ter apenas um bom amigo na escola e 7% não tem nenhum bom amigo.

A maioria dos alunos pesquisados sente que a escola tem um ambiente acolhedor: 57% afirmam que sempre se sentem bem na escola; 43% deles sempre se sentem acolhidos na escola; 49% deles sempre se sentem amados na escola e 47% deles sempre se sentem seguros na escola. Apenas 6% dos alunos da amostra declaram que sempre se sentem excluídos na escola e 4% deles se sentem sempre sozinhos. Somente cerca de 3% dos alunos da amostra afirmam que sempre sentem medo na escola e/ou sempre se sentem maltratados e/ou angustiados e/ou humilhados. Entretanto, 43,6% dos alunos às vezes se sentem angustiados na escola, 38,8% às vezes se sentem sozinhos e 36,3% às vezes se sentem com medo. 10,10% nunca se sentem seguros e 12,7% nunca se sentem acolhidos.

O ambiente familiar também é acolhedor para a maioria dos alunos pesquisados: 70% afirmam que sempre se sentem bem no ambiente familiar; 73% sempre se sentem acolhidos, 80% sempre se sentem amados e 77% sempre se sentem seguros. Apenas 5% dos alunos dizem que sempre se sentem excluídos no ambiente familiar e 4% deles se sentem sozinhos frequentemente. Apenas 2% afirmam que sempre se sentem com medo e/ou maltratados, e/ou humilhados, e/ou angustiados. O ambiente familiar às vezes é angustiante para 35,9% dos alunos pesquisados e 25,3% às vezes sentem medo nesse ambiente.

3.2 Incidência

A violência é um fenômeno relevante nas escolas brasileiras: cerca de 70% dos alunos pesquisados informam ter visto, pelo menos uma vez, um colega ser maltratado no ambiente escolar no ano de 2009. Quase 9% dos alunos afirmam ter visto colegas serem maltratados várias vezes por semana e outros 10%, que vêem esse tipo de cena todos os dias. Ou seja, cerca de 20% dos alunos

presencia atos de violência dentro da escola com uma frequência muito alta, o que é um indício de que o *bullying* está presente significativamente nas escolas investigadas.

Os depoimentos de alunos, pais, professores e equipe técnica, coletados na etapa qualitativa da pesquisa, também fornecem evidências de que a prática dos maus tratos é bastante comum entre os estudantes e estão presentes nas escolas das cinco regiões do Brasil estudadas nesta pesquisa.

Os dados quantitativos revelam que 28% da amostra total de alunos afirmam ter sido vítimas de maus tratos por parte de colegas ao menos uma vez no ano de 2009. Quase 10% da amostra relatam ter sofrido maus tratos três ou mais vezes no mesmo ano, o que, para fins dessa pesquisa, é caracterizado como *bullying*.

Uma semana é o período de duração mais frequente de ocorrência de maus tratos de acordo com os alunos respondentes, sendo observado em quase 15% daqueles que foram vítimas dessa situação de violência. Períodos mais longos de maus tratos, englobando intervalos de tempo de várias semanas ou meses, são citados por cerca de 14% dos alunos da amostra.

Quando os maus tratos são mais frequentes, repetindo-se por várias vezes na semana ou diariamente, o tempo de sua duração também é superior: dura várias semanas ou meses. Na medida em que os maus tratos são menos frequentes, o período de duração também é inferior.

Pouco mais de 29% dos alunos pesquisados afirmam que já maltrataram colegas no ambiente escolar pelo menos uma vez no ano de 2009, número muito semelhante à incidência das vítimas de maus tratos. Os dados coletados revelam que 10% da amostra de alunos afirmam ter praticado *bullying* (maus tratos a colegas com frequência superior a três vezes no ano de 2009), porcentagem que converge com a incidência de vítimas desse fenômeno captada pela pesquisa.

Os dados coletados na etapa qualitativa da pesquisa mostram que, para os alunos entrevistados, o termo *bullying* é praticamente desconhecido, com poucas exceções de alguns que já o tinham ouvido na mídia. No entanto, sua prática é imediatamente reconhecida por todos e associada a episódios de maus tratos na escola. Sem exceção, todos os alunos entrevistados são capazes de identificar e/ou relatar casos de *bullying* presenciados ou nos quais estavam envolvidos.

Na opinião da maioria dos professores entrevistados, o *bullying* é um fenômeno comum e recorrente nas escolas. Um dos aspectos levantados por muitos professores é que esse tipo de comportamento sempre existiu ao lado de outras formas de interação entre os adolescentes, porém, não com a nomenclatura "*bullying*".

3.3 Causas

Professores e gestores das escolas reconhecem deficiências do sistema escolar como possíveis determinantes da violência entre alunos. Na opinião deles, os elementos intrínsecos à estrutura escolar/educacional que podem ter relação com o surgimento de comportamentos violentos são: i) número excessivo de alunos em sala de aula, ii) dificuldades da escola em lidar com problemas da família do aluno, iii) falta de preparação e habilidade de professores para educar sem uso de coerção e agressão, iv) estrutura física inadequada e v) falta de espaços para que os alunos expressem suas emoções e dificuldades pessoais.

Embora a opinião de pais e responsáveis sobre como o sistema escolar gera e mantém o *bullying* seja diferente de como os professores e gestores se expressaram, acredita-se que os elementos citados por esses dois grupos podem estar, de alguma forma, relacionados. Para pais e responsáveis, o ambiente escolar apresenta falta de hierarquia e autoridade, o que gera um excesso de liberdade e propicia a impunidade dos agressores. Os pais reiteram que a falta de limites e omissão dos professores e funcionários são fatores de fortalecimento dos comportamentos violentos, pois permitem a ocorrência de ações agressivas dos alunos e sua repetição sem que exista perspectiva de que a violência seja eliminada.

Na opinião dos professores, a origem dos maus tratos e do *bullying* no ambiente escolar é, em grande parte, familiar. Os professores acreditam que o ambiente familiar não socializa a criança para o convívio social e estimula que ele empregue comportamentos violentos na escola. De acordo com os discursos dos professores a influência da família se realiza das seguintes formas: i) ocorrência de violência doméstica; ii) negligência dos pais em relação à vida escolar dos filhos e sua omissão em relação ao desenvolvimento pessoal e à aprendizagem escolar; falta de apoio emocional, a depreciação e estigmatização dos filhos pelos pais. Os próprios pais também citaram a negligência da família como causa dos maus tratos e do *bullying* no ambiente escolar.

De acordo com os relatos dos alunos nos grupos focais, as causas do *bullying* e de outros comportamentos agressivos no ambiente escolar são, de maneira geral, as seguintes: i) emprego generalizado de apelidos e agressões verbais como formas de brincadeira; ii) dificuldades emocionais e de relacionamento interpessoal dos agressores; iii) necessidade de pertencer a um grupo e se ajustar a suas demandas. Os dados levantados na etapa quantitativa sobre as causas para os maus tratos reforçam essas opiniões.

Os professores também apontam que a agressão aos colegas está relacionada à insegurança, dificuldade de relacionamento interpessoal, baixa auto-estima e necessidade de buscar aceitação

social dos alunos agressores. Para os docentes, o ato dos alunos agredirem os colegas é uma forma de obter elevação do status e do domínio sobre os demais.

Para os pais e responsáveis, por sua vez, o desejo de popularidade e de aceitação no grupo social também são fatores propulsores do *bullying*. Eles acrescentam, no entanto, que a agressão é um meio da criança obter atenção tanto dos colegas, quanto dos professores e dos próprios pais.

Professores e gestores citaram, ainda, a influência negativa da mídia como possível causa da violência escolar. Eles dizem acreditar que a mídia banaliza a violência e, por consequência, torna justificáveis os comportamentos agressivos das crianças e jovens. Todos os tipos de mídia foram citados, com ênfase para a TV e internet, os quais são os meios de comunicação mais acessados pelos alunos pesquisados.

3.4 Modos de Manifestação

De acordo com professores, alunos e pais, o modo de manifestação mais frequente de maus tratos entre alunos é a agressão verbal por meio de apelidos e xingamentos. Os professores entrevistados declaram que o uso da agressão verbal na sala de aula e em outros espaços do ambiente escolar é uma forma rotineira de tratamento entre os alunos. Os professores acreditam que, na maioria das vezes, os próprios alunos nem percebem que esse tipo de relacionamento é inadequado e pode gerar situações de violência. Ainda que chamem a atenção para o fato de que boa parte das agressões é gratuita e, aparentemente, inócuas, os docentes relatam que esses apelidos geralmente estão relacionados a características físicas marcantes (altura, sobrepeso, padrões de beleza, uso de óculos ou aparelhos dentários etc.) ou provenientes de necessidades especiais. Segundo os professores, tais apelidos e brincadeiras podem ser motivados também por discriminação de cor / etnia, *status* social e traços de comportamento sexual.

Já a análise das respostas dos agressores mostra que ainda que os xingamentos sejam o modo mais comum de agressão entre colegas na escola, outras formas de violência também são praticadas, por exemplo, a violência física (com socos, pontapés, empurrões, arranhões e puxões de cabelo), que é citada pelas vítimas em menores porcentagens.

Cerca de metade das ocorrências de todos os tipos de maus tratos relatados pelas vítimas tendem a durar o tempo de uma semana. Porém, porcentagens menores, mas significativas, das ocorrências desses maus tratos têm duração de mais de uma semana e até de meses.

Os dados mostram que as agressões ocorrem, principalmente, dentro da sala de aula, com ou sem a presença do professor. Os atos violentos também acontecem no pátio e nos corredores, justamente nos espaços onde podem ser mais visíveis a docentes e funcionários e onde a autoridade

destes deveria se fazer mais eficiente. Espaços de pouca visibilidade, como banheiros e corredores, são pouco citados e espaços que se encontram no limite entre a escola e seu ambiente externo, como os portões da escola ou no transporte escolar, também são referidos com pouca frequência.

A maioria dos alunos que afirma ter sido vítima de maus tratos declara ter sofrido agressão principalmente por um colega (16%). Cerca de 6% deles afirmam que foram maltratados por um grupo de até cinco colegas e apenas 1,5% deles alegam que o grupo de agressores tinha mais de cinco colegas. Todos os tipos de maus tratos são cometidos com maior frequência por apenas um agressor.

Esses dados são coerentes com o que apresenta a análise das respostas dos agressores. Cerca de 13% dos alunos que assume ter maltratado colegas afirmam que o fizeram sozinhos e 7% destes alegam que o fizeram com apenas um colega. Somente 4,5% dos participantes declaram que praticaram maus tratos com até cinco colegas e 3,5%, com mais de cinco colegas. De acordo com as respostas dos agressores, todos os tipos de maus tratos também são praticados com maior frequência por apenas um agressor.

3.5 Perfil das Vítimas e dos Agressores

Observa-se entre os alunos pesquisados que os meninos são vítimas de *bullying* com maior frequência do que as meninas. Em 2009, 12% dos meninos foi vítima desse tipo de violência, enquanto para as meninas esse número é um pouco superior a 7,0%. A diferença pode ser significativa ao se considerar as diferenças nos padrões de interação entre meninos e meninas no ambiente escolar, tais como maior uso da força física entre os primeiros.

Os meninos são agredidos mais frequentemente só por outros meninos (50% dos casos de maus tratos). Só 3% da amostra de meninos foi agredida apenas por meninas. Já as meninas são agredidas mais frequentemente tanto por grupos mistos (meninos e meninas), o que corresponde a 25% dos casos de maus tratos, quanto por grupos apenas de meninos, equivalente a 24% das respostas das meninas.

Os dados quantitativos permitem notar que a incidência de vítimas de *bullying* (maus tratos a colegas com frequência superior a três vezes no ano de 2009) é maior entre os alunos da quinta e sexta séries do ensino fundamental. A incidência das vítimas de *bullying* é mais forte no intervalo etário de 11 a 15 anos e cai consideravelmente entre os alunos a partir de 16 anos de idade.

Os alunos pesquisados indicam diversos sentimentos provocados pelos maus tratos exercidos por outros colegas no ambiente escolar. Sentimentos negativos como “eu me senti mal”, “eu me senti triste”, “eu me senti magoado”, “eu me senti irritado”, “eu me senti envergonhado” e “eu me

senti preocupado” são os mais citadas entre os participantes que sofreram maus tratos por seus colegas no ano de 2009.

Do ponto de vista emocional, os maus tratos em ambiente escolar afetam diferentemente meninos e meninas. As respostas mais frequentes entre os meninos são, na sequência: i) “foi engraçado” , ii)“eu não senti nada” e iii)“eu me senti bem”. Já para as meninas as respostas mais citadas são completamente diferentes: i) “eu me senti magoada / chateada”, ii)“eu me senti triste” e iii)“fiquei com medo”. As respostas mais citadas pelos meninos são justamente aquelas menos citadas pelas meninas e vice-versa.

A amostra pesquisada revela que a principal reação a maus tratos sofridos no ambiente escolar é: “nada fiz e fiquei magoado”, representando 6,6% das respostas. Esse tipo de comportamento acaba estimulando a repetição da violência à medida que preserva os agressores. Não há diferença significativa entre as frequências das reações apontadas pelas vítimas de maus tratos, mas é possível observar que as opções que poderiam ser interpretadas como fruto de covardia ou fraqueza tais como “eu fugi”, ou “eu chorei” são as menos citadas pelos participantes.

As consequências dos maus tratos sofridos são, de acordo com as vítimas pesquisadas, a perda do entusiasmo, seguida pela perda da concentração e o medo de ir à escola. A perda de amigos e a perda da confiança nos professores são a quarta e a quinta consequências mais frequentes apontadas pelos alunos pesquisados, mas com porcentagens mais baixas.

Esses dados permitem inferir que o maior impacto desse tipo de violência é justamente no processo de aprendizagem e no desenvolvimento escolar das vítimas, o qual ficaria prejudicado. Tal conclusão vai ao encontro dos discursos dos professores e equipe técnica, captados na etapa qualitativa da pesquisa.

Os maus tratos no ambiente escolar são praticados, de acordo com as respostas das vítimas, principalmente por meninos (14%), ou por meninos acompanhados de meninas (7%). Apenas 4% das vítimas afirmam que sua agressão foi praticada apenas por meninas.

As respostas dos alunos que praticam maus tratos confirmam que também nos casos de *bullying* os meninos se destacam como os principais agressores. 12,5 % dos meninos assumem que praticaram *bullying*, enquanto 7,6% das meninas fazem a mesma afirmação.

De forma diferente do que acontece entre as vítimas, que estão concentradas nas quinta e sextas séries, os agressores se distribuem de forma bem semelhante entre as quinta, sexta, sétima e oitava séries, com uma concentração um pouco maior na sexta série. Os alunos que praticam o *bullying* têm, predominantemente, entre 12 e 14 anos.

Não existem padrões de sentimentos claramente definidos para os agressores. As respostas distribuem-se de forma semelhante quando os alunos são questionados sobre o que sentiram ao

maltratar colegas na escola, mas é possível dizer que as cinco opções mais citadas estão polarizadas em dois conjuntos de sentimentos. O primeiro conjunto de sentimentos tende a estimular a repetição da agressão. Esse grupo é composto pelas respostas “eu não senti nada”, “foi engraçado” e “senti que eles mereciam o castigo”, somando cerca de 17% das opções citadas. Já o segundo grupo de sentimentos é o que tende a inibir a repetição do ato agressivo e abarca as respostas “eu me arrependi do que fiz” e “eu me senti mal”, com aproximadamente 10% das citações.

Esses dados também permitem desmistificar a imagem intrinsecamente negativa do agressor, sempre visto como “maldoso” ou “sem sentimentos”, pois uma porcentagem relevante deles se sente mal após a agressão ou se arrepende.

Os dados permitem identificar que os sentimentos pós-agressão também se diferenciam pelo sexo do agressor, assim como ocorre entre as vítimas. Os meninos citam as opções ligadas ao primeiro grupo de sentimentos – que tendem a reforçar a repetição da agressão - com mais frequência que as meninas. Já as opções referentes ao segundo grupo de sentimentos – associadas a mal estar - são mais citadas pelas meninas.

Após maltratar um colega, os agressores têm duas alternativas mais comuns: não contar para ninguém ou contar para os amigos. Como esperado, contar para professores, funcionários da escola e pais não são atitudes comuns.

Um dos dados mais relevantes que a etapa quantitativa da pesquisa traz para o delineamento do perfil do agressor é que este também tem seu desenvolvimento escolar e aprendizagem afetados negativamente pela prática da violência. As respostas mais citadas pelos agressores à pergunta “o que aconteceu na sua vida após maltratar um colega?” são as mesmas mais citadas pelas vítimas: “perdi a concentração” e “perdi o entusiasmo na escola”. A prática dos maus tratos é, portanto, negativa para a vida escolar das vítimas e dos agressores, atingindo os dois grupos da mesma forma, ou seja, afetando o processo de aprendizagem mais que a sociabilidade e a interação no ambiente escolar.

3.6 Estratégias adotadas pelas escolas

Há despreparo da maioria das escolas pesquisadas para reduzir ou eliminar a ocorrência de situações de violência escolar, de acordo com os professores pesquisados. Isso se deve à escassez de recursos materiais e humanos, bem como à falta de capacitação dos professores e das equipes técnicas.

Como professores e equipes técnicas tendem a achar que as causas da violência entre alunos são exteriores à escola - localizadas na família ou na sociedade em geral - são poucas as ações institucionais com foco no combate à violência entre os alunos relatadas pelos docentes.

De acordo com os discursos dos professores, as ações mais comuns tomadas pelas escolas são pontuais e direcionadas especificamente aos agressores. Em regra, o que as escolas fazem é: i) punir os agressores com suspensões e advertências ou ii) chamar os pais dos agressores para conversas com os educadores e equipe técnica. O discurso dos professores é marcado pela crítica à falta de colaboração dos pais e responsáveis nas ações de combate à violência escolar e pela consciência de que as estratégias utilizadas pelas escolas são ineficientes.

Além das ações direcionadas aos agressores, mais comuns e frequentes, os professores relatam que algumas poucas escolas fazem campanhas gerais de mobilização e sensibilização voltadas à prevenção da violência. Um pouco mais frequentes, mas ainda esporádicas, são atividades como palestras e grupos de discussão orientados por professores que têm mais flexibilidade no programa curricular, como aqueles que ministram aulas de filosofia ou religião.

De acordo com os alunos pesquisados, frente a situações de maus tratos, as escolas costumam acionar os pais dos alunos envolvidos (42%) e punir dessas crianças e adolescentes (21%). Mas um percentual significativo (12,5%) desconhece quais são as ações da escola.

A atuação da escola reflete, segundo os alunos, o que pensam os professores a respeito da responsabilização dos pais em relação às situações de maus tratos dentro da instituição. É importante frisar que a única opção que envolvia uma atuação de cunho coletivo, “faz trabalho de prevenção”, tem representatividade de 3,2% da amostra.

A opinião dos pais e responsáveis vem ao encontro dessa atuação tímida em relação ao combate à violência. Para os pais, as escolas não apresentam nenhum tipo de iniciativa institucional ou organizada que vise eliminar ou prevenir a violência no contexto escolar. Muitos pais dizem que a escola ou se omite frente aos maus tratos entre os alunos ou transfere para os pais dos envolvidos a responsabilidade da solução do conflito, procurando individualmente a família dos agressores ou realizando queixas.

A segurança dentro do ambiente escolar também foi debatida no grupo. Muitos pais defendem também que, se houvesse mais segurança dentro da escola - como um posto de guarda no portão da escola, por exemplo - seriam evitadas muitas brincadeiras agressivas que podem levar a situações de violência e até mesmo ao desenvolvimento de *bullying*.

Na opinião dos alunos pesquisados, quando ocorrem situações de maus tratos na escola, cabe a esta, principalmente, chamar os pais (28%). Em segundo lugar, punir os agressores (23%) e, em terceiro lugar, comunicar o Conselho Tutelar (13,3%) ou, ainda, fazer trabalho de prevenção (10,9%).

Esses dados mostram que os alunos não discordam das estratégias de ação para combater a violência frequentemente utilizadas pelas escolas. Mas o que os discursos coletados na fase qualitativa da investigação sugerem é que os alunos discordam da forma como os professores e equipe técnica colocam em prática tais ações.

Os alunos relatam, primeiro, que os professores e funcionários são negligentes com as situações de violência, muitas vezes deixando que elas se desenvolvam e se repitam. Em segundo lugar, os alunos apontam que os docentes e a equipe técnica não sabem mediar conflitos, pois as estratégias que eles utilizam – chamar atenção e retirar da sala de aula – não promovem mudanças comportamentais nem amenizam os atritos e tensões existentes entre os alunos.

Embora os alunos defendam a idéia de que é dever da escola traçar estratégias de combate à violência, não acreditam que a direção da escola tenha habilidade para solucionar esse problema e ressaltam que as ações das escolas não são satisfatórias.

É importante ressaltar que, diante da pergunta “o que você sentiu quando viu alguma situação de maus tratos entre colegas?”, percebe-se que os alunos em geral sentem-se afetados pela situação. A maioria dos que presenciaram tais situações diz ter sentido pena da pessoa maltratada (22%). O sentimento de mal-estar (17,4%) e o julgamento de injustiça (14,5%) são as respostas que vêm depois da pena. Percebe-se nestas respostas um espaço para a atuação da escola e dos professores que não poderia ser negligenciado.

3.7 Maus Tratos no Ambiente Virtual

De acordo com as respostas dos alunos da pesquisa objeto deste relatório, aproximadamente 17% dos alunos que participaram da pesquisa foram vítimas de maus tratos no ambiente virtual pelo menos uma vez no ano de 2009.

Os maus tratos pela internet atingem meninos e meninas com frequência muito semelhante (17,10% e 16,40% respectivamente), diferentemente do que acontece com os maus tratos dentro do ambiente escolar

Os alunos que foram vítimas de maus tratos pela internet estão alocados de forma muito similar entre as quintas, sextas, sétimas e oitavas séries do Ensino Fundamental, com pequena concentração nas duas primeiras dessas séries (28,0% e 27,7% respectivamente).

As vítimas de maus tratos pela internet concentram-se no intervalo entre 12 e 14 anos de idade, no qual estão cerca de 69% das vítimas. A incidência desse tipo de agressão diminui muito a partir dos 17 anos de idade.

Os maus tratos pela internet se manifestam principalmente por meio de insultos e difamações feitas por e-mail, MSN e sites de relacionamento, como o Orkut. As opções mais citadas para a pergunta “de que maneira você foi maltratado por colegas de escola no mundo virtual?” são: i) “enviaram email falando mal de mim” (6,4%) e ii) “falaram mal de mim no MSN, no Orkut e outros sites de relacionamento” (5,8%), seguidas pela opção “furtaram minha senha e invadiram meu email”, em cerca de 4% dos casos.

Os maus tratos por meio de internet se manifestam com uma duração de tempo semelhante à dos maus tratos dentro da escola. O tempo de duração mais frequente das práticas de maus tratos na internet é de uma semana, com 12% de ocorrências entre as vítimas.

A análise dos dados sobre reações indica que, de forma muito semelhante ao que acontece nas situações de maus tratos dentro do ambiente escolar, as vítimas de maus tratos pela internet tendem a não fazer nada após a agressão ou a tentar se defender sozinhos (sem intermédio de professores, pais ou irmãos).

A resposta mais frequente para a questão “O que você fez quando foi maltratado por colegas no mundo virtual?” é “não fiz nada, mas fiquei magoado”, com 6% das respostas.

Os sentimentos manifestados pelas vítimas de maus tratos por meio da internet também são semelhantes aos manifestados pelas vítimas de maus tratos dentro da escola. Após sofrer maus tratos por meio da internet, os sentimentos mais frequentes são: desconforto, apatia, irritabilidade e tristeza. As opções mais citadas pelas vítimas são “eu me senti mal”, “eu não senti nada”, “eu me senti irritado” e “eu me senti triste”. As respostas para essa pergunta também apresentam porcentagens baixas e muito semelhantes.

Os sentimentos manifestados por aqueles que praticaram maus tratos pela internet também são semelhantes aos daqueles que praticaram maus tratos dentro da escola. Os agressores revelam que suas reações mais frequentes são: i) “não sentiram nada” (5%) e ii) “sentiram que os agredidos mereceram o castigo” (3,6%).

4 Conclusão

O estudo revelou que, quanto mais frequentes os atos repetitivos de maus tratos contra um determinado aluno, mais longo é período de duração da manifestação dessa violência durante o ano letivo pesquisado. Essa constatação demonstra que a repetição das ações de *bullying* fortalece a iniciativa dos agressores e reduz as possibilidades de defesa das vítimas, indicando ser essencial uma ágil identificação dessas ações e imediata reação de repúdio e contenção.

A ocorrência do *bullying* emerge em um clima generalizado de violência no ambiente escolar, considerando-se que 70% da amostra de estudantes responderam ter presenciado cenas de agressões entre colegas durante o ano letivo de 2009, enquanto 30% deles declararam ter vivenciado ao menos uma situação violenta no mesmo período. O *bullying*, caracterizado como ações de maus tratos entre colegas ocorridas com frequência superior a três vezes naquele ano, foi praticado e sofrido por 10% do total de alunos pesquisados. Estes dados são minimizados quando os estudantes consideram que a maioria das ocorrências limita-se a agressões verbais praticadas por um aluno contra outro, as quais são consideradas por alunos, pais, professores e gestores como normais no relacionamento entre crianças e entre adolescentes. Contudo, é importante ressaltar essas práticas em virtude da elevada frequência com que ocorrem; do fato de ocorrerem quase sempre em sala de aula, sem que a presença ou não do professor altere a probabilidade de sua manifestação; e, principalmente, porque ela tende a ser uma etapa inicial desencadeadora de processos de maus tratos que, em sua repetição, tornam-se mais violentos.

Na amostra pesquisada, as mais elevadas frequências de *bullying* foram identificadas entre adolescentes na faixa de 11 a 15 anos de idade e alocados na sexta série do ensino fundamental. Os respondentes tiveram dificuldade para indicar motivos que os levam a sofrer ou a praticar agressões no contexto de seu relacionamento com pares no ambiente escolar. Tendem a considerar que os agressores são jovens que buscam obter popularidade junto aos colegas, que necessitam ser aceitos pelo grupo de referência e que se sentiram poderosos em relação aos demais, tendo esse “status” reconhecido na medida em que seus atos são observados e, de certa forma, consentidos pela omissão e falta de reação dos atores envolvidos. Os próprios alunos não conseguem diferenciar os limites entre brincadeiras, agressões verbais relativamente inócuas e maus tratos violentos. Tampouco percebem que pode existir uma escala de crescimento exponencial dessas situações. Também indicam que as escolas não estão preparadas para evitar essa progressão em seu início,

nem para clarificar aos alunos quais são os limites e quais são as formas estabelecidas para que sejam respeitados por todos.

Na amostra estudada é maior o número de vítimas do sexo masculino: mais de 34,5% dos meninos pesquisados foram vítimas de maus tratos ao menos uma vez no ano letivo de 2009, sendo 12,5% vítimas de *bullying*, caracterizado por agressões com frequência superior a três vezes naquele ano. Apesar das altas frequências de práticas violentas, os alunos do sexo masculino pesquisados tendem a minimizar a gravidade dessas ocorrências, alegando que foram brincadeiras de mau gosto ou que não dão importância aos fatos porque os colegas não merecem essa consideração. Já as meninas que sofreram maus tratos ao menos uma vez durante o ano de 2009 (23,9% da amostra de meninas pesquisada) ou tornaram-se vítimas de *bullying* (7,6% dessa mesma amostra) apresentam outro padrão de resposta às agressões sofridas, manifestando sentimentos de tristeza, mágoa e aborrecimento.

As vítimas do *bullying* são sempre descritas pelos respondentes como pessoas que apresentam alguma diferença em relação aos demais colegas, como um traço físico marcante, algum tipo de necessidade especial, o uso de vestimentas consideradas diferentes, a posse de objetos ou o consumo de bens indicativos de status sócio-econômico superior ao dos demais alunos. Elas são vistas pelo conjunto de respondentes como pessoas tímidas, inseguras e passivas, o que faz com que os agressores as considerem merecedoras das agressões dado seu comportamento frágil e inibido.

Os maus tratos entre pares no ambiente virtual se manifestam com frequência semelhante à da violência praticada no ambiente físico da escola. Aproximadamente 17% dos alunos pesquisados já foram vítimas de agressões via internet. Na região Sudeste do País, essa incidência é ainda maior, chegando a 20%, provavelmente porque é mais amplo o acesso de alunos aos recursos tecnológicos do ambiente virtual.

Insultos e difamações feitos por meio de ferramentas de comunicação virtual e de sites de relacionamento são os principais tipos de maus tratos praticados no ambiente virtual. Assim como no ambiente escolar, as vítimas tendem a não reagir aos atos sofridos e apresentam sentimentos de desconforto, apatia, irritabilidade e tristeza. Os sentimentos dos agressores em relação às vítimas também são semelhantes, independentemente das situações de agressão ocorrerem no ambiente virtual ou na própria escola. As vítimas são descritas, convictamente, como pessoas fracas e que mereceram o castigo, sem que a maior parte dos agressores manifeste qualquer sentimento de remorso ou de compaixão.

Como consequência dessas ocorrências de maus tratos entre colegas de escola, os próprios respondentes ressaltam os prejuízos sobre o processo de aprendizagem. Indicam que tanto vítimas quanto agressores perdem o interesse pelo ensino e não se sentem motivados a frequentar as aulas.

Embora gestores e professores admitam a existência de uma cultura de violência pautando as relações dos estudantes entre si, as escolas não demonstraram estar preparadas para eliminar ou reduzir a ocorrência de situações de agressão caracterizadas, neste estudo, como específicas do *bullying*. De fato, ampliando este achado da pesquisa, pode-se dizer que a gestão escolar e as competências dos docentes e técnicos do sistema de ensino não contemplam procedimentos de prevenção, controle e correção da violência que se manifesta em seu ambiente e nos arredores, tendo como protagonistas seus próprios alunos. Mais do que uma omissão, ou carência de capacitação e de instrumentos apropriados, parece existir uma tendência a considerar que este tipo de problema e sua solução não fazem parte da natureza ou da missão de uma instituição de ensino.

Os procedimentos adotados pelas escolas são as tradicionais formas de coação ao aluno, como a suspensão (culpabilização do aluno) e a conversa com pais (culpabilização da família), medidas claramente insuficientes para a abordagem do fenômeno. A escola ainda se utiliza de ferramentas talvez adequadas para coibir os antigos casos de indisciplina, cuja causa estava localizada nas particularidades de uma família, de uma criança e de um contexto específico. O que este estudo traz para o debate atual é a constatação de que não se trata de um fenômeno de natureza individual. Os maus tratos entre pares e o *bullying* são fenômenos que ocorrem no ambiente da escola, mas atingem a coletividade e ao mesmo tempo revelam seus padrões de convívio social. É interessante perceber que, com raras exceções, a pesquisa revelou que a escola está muito longe de reverter tal situação e não apresenta nenhuma ação de mais amplo alcance.

O discurso de pais e familiares contraposto ao de gestores, técnicos e professores, evidenciou que a responsabilização pela emergência de fatores desencadeadores da violência entre os estudantes é mutuamente atribuída. As famílias são acusadas de não assumirem a socialização adequada das crianças, pautada em princípios e valores que assegurariam um comportamento de boa convivência e respeito ao outro. Os profissionais das escolas são acusados de desinteresse, incompetência, alienação em relação às necessidades e aos problemas dos alunos. Tudo isso explicaria a ausência de procedimentos que colocassem limites e punissem formas de comportamento que os desrespeitassem. Mas este “jogo de empurra” não propicia iluminar a questão e avançar em proposições resolutivas. Por isso, mais do que diagnosticar um sintoma que já é evidente, este estudo pôde elencar ações e reflexões que deveriam conduzir o trabalho da Plan Brasil e, mais além, de todos que se interessam pelo papel da Educação na formação da juventude deste País. Há que se considerar:

- Que é fundamental que os atores sociais participantes da comunidade educativa, tais como família, educadores, educandos, equipe técnica e funcionários estejam efetivamente envolvidos com as ações voltadas para redução e eliminação da violência no ambiente escolar. É a

comunidade que tem condições de planejar ações, identificar necessidades, falhas, desejos e, principalmente, propor soluções. Os gestores da educação devem ser capazes de estimular e facilitar tais processos, fortalecendo a gestão democrática nos sistemas de ensino, aproximando a relação entre a escola e a comunidade e aperfeiçoando a comunicação entre os atores.

- Que as escolas devem criar procedimentos preventivos e formas de reação ágeis para evitar a ocorrência de situações de *bullying* e quaisquer outras manifestações de violência entre estudantes. As normas devem ser claras, objetivas, aplicadas com rigor e transparência. A elaboração de tais regras e processos pode ser um excelente exercício participativo, que resulte em clara compreensão do fenômeno por todos os atores da comunidade, estimulando o engajamento dos próprios alunos e suas famílias, assegurando a legitimidade de sua aplicação.
- As questões do convívio social, dos padrões que regem as relações entre as pessoas e dos direitos de cidadania a que todos devem ter acesso não devem ser tratadas em uma disciplina específica, mas serem trabalhadas no conteúdo de todas as disciplinas da grade curricular.
- As escolas devem procurar diagnosticar, sistematicamente, a emergência de casos de *bullying* e outras formas de violência nas relações interpessoais, de modo a estabelecer metas objetivas de redução e eliminação do fenômeno no âmbito dos seus planejamentos estratégico e pedagógico.
- Profissionais atuantes em escolas de ensino fundamental, independentemente dos níveis funcionais e cargos ocupados, devem ser capacitados para assumir medidas de restrição e controle da violência no ambiente escolar.
- A gestão escolar deve incorporar atribuições de prevenção e controle da violência, que podem ser exercidas de forma integrada com outras instituições do Estado – segurança pública; polícias civil, militar, municipal, comunitária; conselhos municipais etc. – e da sociedade civil – associações de moradores, ONGs, fundações empresariais, movimentos sociais etc.

5 ANEXO 1: Organizações promotoras do estudo

CEATS

O Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS) foi constituído em 1998 como programa institucional da Fundação Instituto de Administração (FIA). A participação de professores do Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), desde os primeiros anos, permitiu ao CEATS desenvolver projetos que conectam a teoria à prática, em um processo de contínua retroalimentação, através do contato direto com empresas privadas, organizações governamentais e entidades da sociedade civil.

A constante interação com professores e alunos da pós-graduação *stricto sensu* da FEA/USP confere ao CEATS a possibilidade de acompanhar e participar das mais modernas pesquisas no campo da gestão social, bem como a capacidade de agregar equipes multidisciplinares extremamente qualificadas para a condução de seus projetos. Intercâmbios e participação em redes internacionais conferem um caráter de excelência à metodologia dos trabalhos que realiza.

O CEATS tem por finalidade proporcionar a lideranças e empresas, iniciativas sociais, poder público e centros de pesquisa e ensino, o acesso a competências, ferramentas e conhecimento de ponta para o desenvolvimento de idéias e iniciativas. Realizadas de forma estruturada, tais ações poderão aperfeiçoar o impacto social positivo com efeito duradouro e, sempre que possível, promover a redução de custos para esse fim.

Atua no sentido de: facilitar e fortalecer o diálogo entre representantes de diferentes áreas do conhecimento e da prática; criar sinergia de idéias e tecnologias sociais; e contribuir para ao promoção do Desenvolvimento Sustentável Socioeconômico e Ambiental no Brasil.

A constante interação com organizações dos diversos setores é a tônica das ações do CEATS, em suas pesquisas e projetos de consultoria, e na disseminação do conhecimento por meio de cursos, eventos e publicações.

Mantendo equipe multidisciplinar de professores e pesquisadores, o CEATS reúne competências e know-how para reconhecer, analisar e difundir práticas e iniciativas empreendedoras de transformação social. Na condição de instituição de ensino e de pesquisa, busca oferecer soluções efetivas diante da urgente necessidade de novas atitudes e arranjos em direção à transformação social e ao desenvolvimento sustentável.

Saiba mais: www.ceats.org.br

FIA

A Fundação Instituto de Administração – FIA – é uma entidade privada sem fins lucrativos estabelecida em 1980 por iniciativa de professores do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP.

Desde a sua criação, cerca de 3 mil projetos foram realizados nas três linhas básicas de atuação da instituição - consultoria, pesquisa e educação, capacitando-a para desenvolver estudos e prestar serviços nos mais variados campos de especialização da Administração.

Nesse período, foram atendidas mais de 850 empresas da iniciativa privada nacional e multinacional (48%), empresas do setor público e organizações da administração pública direta (40%), e associações de classe e entidades da sociedade civil (12%).

Ao longo de sua trajetória, foram inúmeros os projetos de cunho ou impacto social realizados pela FIA, em diversas áreas como educação, saúde, segurança pública, meio-ambiente, trabalho e emprego, terceiro setor, entre outras, em todo o país. Ao viabilizar a transferência do conhecimento gerado por seu corpo de colaboradores, a Fundação Instituto de Administração estabelece uma aproximação e maior integração do ambiente acadêmico com a sociedade brasileira.

Desde o lançamento do 1º curso de MBA, em 1993, mais de 6 mil alunos já foram formados pela FIA. Em 2005 foi declarada como instituição de utilidade pública federal conforme publicação no Diário Oficial da União. Todos os cursos de MBA's são reconhecidos pelo MEC – Ministério da Educação, bem como têm a sua qualidade certificada pela AMBA – Association of MBA's, entidade sediada em Londres e que reúne as mais conceituadas escolas de negócios do mundo.

Saiba mais: www.fia.com.br

PLAN

A Plan é uma organização não-governamental de origem inglesa, ativa há mais de 70 anos. Sem qualquer vinculação política ou religiosa e sem fins lucrativos, está voltada para a defesa dos direitos da infância, conforme expressos na Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas.

Trabalha por sua proteção contra a violência e abusos de todo tipo, contra a pobreza, a desigualdade e a degradação do meio ambiente e por sua boa alimentação, saúde e educação.

A Plan parte do princípio de que assegurar o direito de crianças e adolescentes é um dever e não uma escolha. Para isso, capacita as comunidades a fazer valer esses direitos. Atualmente, está presente em mais de 60 países, atende cerca de 1,5 milhão de crianças em seus projetos e possui aproximadamente 1 milhão de doadores. No Brasil desde 1997, a Plan possui, hoje, mais de 50 projetos que atendem aproximadamente 75 mil crianças e adolescentes.

Visão: Um mundo onde todas as crianças realizem seu pleno potencial, em sociedades que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas.

Missão: A Plan trabalha para conseguir melhorias duradouras na qualidade de vida das crianças menos favorecidas de países em via de desenvolvimento, por meio de processos que unam as pessoas de diversas culturas e acrescentem significado e valor às suas vidas.

Nesse sentido, pretende:

» Possibilitar a essas crianças, suas famílias e comunidades o atendimento das necessidades básicas e o incremento da capacidade de participar e se beneficiar de suas sociedades.

» Estimular relações que incrementem o entendimento e a união entre as pessoas de diversas culturas e países.

» Promover os direitos e interesses das crianças em todo o mundo.

Saiba mais: www.plan.org.br